

Parecer Jurídico 82/2022

Protocolo 35565 Envio em 19/12/2022 13:03:29

Assunto: Projeto de Lei nº 66/2022

Trata-se de parecer ao projeto de lei nº 66/2022, de autoria do sr. Prefeito Municipal, na qual “Autoriza o Poder Executivo municipal a conceder o direito real de uso, de forma onerosa, do bem público municipal denominado Frigorífico Regional de Ovinos/Suínos, para os fins específicos de exploração econômica de abate de animais ovinos e suínos, beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate, e dá outras providências.”

O abate de animais ovinos e suínos, o beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate são atividades próprias do município, estando prevista em nossa Lei Orgânica, em seu artigo 178 caput e parágrafo único, que diz:

“LOM - Art. 178 - Cabe ao Município prestar serviços públicos essenciais e vitais à população, assim considerados em face das peculiaridades locais, os de saúde, educação, saneamento básico e transportes coletivos, entre outros, com as suas próprias receitas e com os repasses de outras esferas governamentais, em competências concorrentes, dando prioridades às exigências da comunidade e, em especial, da população de baixa renda.

Parágrafo Único - São, entre outros, serviços municipais os funerários, os de cemitério, os de captação, tratamento e distribuição de água domiciliar e industrial, de tratamento e destinação de esgotos, de coleta e destinação do lixo, os de iluminação pública, os de transporte coletivo urbano, os de táxi, os de feira e mercado e os de matadouros”.

Todavia estes serviços podem ser prestados pelo próprio município ou por terceiros, através dos institutos da permissão e/ou concessão. No presente caso, trata-se de autorização legislativa para a concessão a terceiros na tarefa do abate de animais ovinos e suínos, beneficiamento e comercialização dos produtos e subprodutos do processo de abate, cuja previsão legal se encontra no Art. 179 da Lei Orgânica do Município.

LOM - Art. 179 - Os serviços municipais podem ser prestados pelo Município por administração direta ou indireta, podendo esta ser por permissão ou concessão, nos termos da legislação federal aplicável.

A Constituição Federal, em seu art. 30, V c/c art. 175 prevê a utilização desse

regime de serviço público – concessão - pelos municípios.

“CF - Art 30 Compete aos Municípios:

V – organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local....”

“CF - Art. 175 Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

A legislação federal aplicável no caso é a Lei Federal nº 8.987/95, na qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão dos serviços públicos, vindo a regulamentar o parágrafo único do Art. 175 da Constituição Federal.

Vê-se que o Executivo Municipal vem solicitar desta Câmara Municipal autorização para realização dessa concessão, estando de acordo com o previsto no Art. 180 da Lei Orgânica do Município.

Art. 180 - A outorga de permissão ou concessão de serviço municipal dependerá de autorização legislativa e concorrência, podendo esta ser dispensada quando o prestador do serviço for entidade criada, com esse objetivo, pelo Município.

Consta do presente projeto de lei a realização de processo licitatório para a escolha da empresa a executar o serviço concedido, atendendo também a Lei de Licitações (8.666/93) assim dispõe sobre o assunto:

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação,...”

Dessa forma, uma vez aprovado o presente projeto de lei, a concessão aqui narrada se efetivará através de licitação pública, cujo edital será elaborado pelo Executivo Municipal.

Observo ainda que o presente projeto de lei deverá, nos termos do Art. 76, § 2º do Regimento Interno desta Casa, ser enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade para manifestação sobre os aspectos financeiros e orçamentários da proposição.

Todavia, solicitou o Autor, através do **Ofício nº 959/2022-GAP**, protocolizado em 15/12/2022, que seja convocado sessão extraordinária para apreciação do presente

projeto de lei em razão da urgência e relevância da matéria.

A **natureza relevante** e reside no fato de se tratar de matéria relacionada à demanda da área de agricultura e abastecimento, vital e essencial ao atendimento da população e a **urgência** decorre da proximidade do final do ano e do recesso de final de ano da Câmara Municipal. Por conta dos procedimentos licitatórios necessários à realização do processo de concessão, cujos custos de manutenção elevados são suportados atualmente pelo tesouro municipal, resta evidente o interesse público na rápida tramitação da matéria.

A realização de sessão extraordinária está prevista no Art. 31, § 2º da Lei Orgânica do Município e 177, § 1º do Regimento Interno.

"LOM - Art. 31 - A Câmara de Vereadores, durante as sessões legislativas, reunir-se-á ordinária, extraordinária e solenemente, conforme dispuser seu Regimento Interno.

§2º - As reuniões extraordinárias e solenes, realizáveis fora do estabelecido no parágrafo anterior, serão convocadas, em reunião ou fora dela, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas."

"RI - Art. 177 As sessões extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela.

§ 1º Quando feita fora de sessão, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas."

Por força do disposto no art. 17, inciso IX da Lei Orgânica, cabe ao Presidente efetuar a convocação de sessão extraordinária para apreciação de qualquer projeto de lei, desde que observado a urgência e a natureza relevante da matéria, de acordo com justificativas apresentadas que embasam a convocação.

Art. 17 - Ao Presidente da Câmara de Vereadores, seu representante máximo, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

IX - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, no período das reuniões ordinárias, quando a matéria a ser apreciada for urgente e de natureza relevante.

Diante de todo o exposto, o projeto de lei em tela se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência e, constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, sendo, portanto **legal** face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.



Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 19 de dezembro de 2022

Mario Roberto PLazza
Procurador Jurídico

Parecer Jurídico 82/2022 Protocolo 35565 Envio em 19/12/2022 13:03:29
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Mário Roberto Plazza.
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/19032/19032_original.pdf

